



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo terceiro dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se, de forma semipresencial, a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Augusto Santos. Fez-se inicialmente a chamada nominal dos vereadores presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Livia Duarte fez referência às mais de trezentas e cinquenta mil pessoas mortas pela Covid-19 no Brasil até a presente data, número maior que a população da maioria das cidades do mundo. Destacou ser um momento de luto profundo e também de luta profunda, pois a família Bolsonaro continuava a posicionar-se contrariamente ao isolamento social e a defender o uso de cloroquina como medicação preventiva à pandemia, embora nenhum especialista assim considerasse. Apontou que a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI criada para investigar a conduta do Executivo Federal no combate à pandemia (CPI da Covid-19) deveria nos próximos dias, se fosse conduzida de forma minimamente séria, revelar o que todos sabem: que o governo Bolsonaro se negou a comprar vacinas e poderia ter evitado muitas mortes tomando medidas simples indicadas pela Organização Mundial de Saúde – OMS. Os defensores de Jair Bolsonaro argumentam que não se pode classificá-lo como genocida porque não é um recorte específico da população que morre, indicou. Isso é verdade, concordou, pois morrem todos, populações inteiras em um país dilacerado. Atestou ser falsa a dicotomia opondo vidas à economia porque não existe economia se as pessoas não estiverem vivas, trabalhando e se alimentando. O Brasil voltou ao mapa da fome e da desesperança, lamentou. O governo federal adota uma política negacionista e de forma pensada leva as pessoas à morte, afirmou. Igor Andrade expôs que os transtornos vivenciados na rede pública e na rede particular de saúde são causados por vários fatores, dentre eles destacando-se a falta de vacinas. Deu repercussão à denúncia de um senador da República de que o presidente da empresa farmacêutica Pfizer tinha ficado, no ano anterior, esperando por mais de dez horas no Palácio da Alvorada, de oito da manhã até as seis da tarde, para falar com Jair Bolsonaro. Tinha ido oferecer vacinas ao governo brasileiro, sendo depois informado de que o presidente da República não poderia atendê-lo. Reconheceu não ter a comprovação da veracidade de tal relato, sendo necessário averiguar. Garantiu, porém, ser verdadeira a notícia, hoje divulgada, de redução na ocupação de leitos hospitalares no Pará após o *lockdown*, observando ser esta uma medida dura e triste, pois muitas famílias ficam sem renda, mas que ajuda a salvar vidas. A reserva do HPSM do Guamá para atendimento exclusivo aos doentes de Covid-19, a abertura do Hospital Redentor e a instalação de tendas nas unidades de saúde para facilitar o fluxo de atendimento na rede pública trouxeram resultado positivo expressivo, ajudando a salvar vidas em nossa capital, avaliou. Ressaltou, além disso, as ações desenvolvidas no Hospital de Campanha do Hangar e no Hospital Abelardo Santos, citando os elogios feitos por Onyx Lorenzoni às medidas tomadas pelo governo paraense no enfrentamento à pandemia. Agradeceu a Deus pelo bom entendimento entre o governo estadual e o governo municipal e a atuação conjunta desenvolvida entre a Secretaria Municipal de Saúde – Sesma e a Secretaria de Estado de Saúde – Sespa no combate à Covid-19. Saliou ser primordial essa união, frisando, porém, que precisamos de vacinas em maior quantidade. Reportou que os membros deste Legislativo recebem frequentemente pedidos de várias categorias profissionais solicitando inclusão na relação de prioridades para a vacinação contra a Covid-19. Dentre os segmentos que pleiteiam essa inclusão citou os rodoviários, conselheiros tutelares, farmacêuticos, funcionários das redes de farmácia, professores, funcionários das redes de supermercado e garis. Clamou ao governo federal que enviasse ao Pará um quantitativo de vacinas proporcional à população do estado, pois até aquele momento recebêramos imunizantes, proporcionalmente, em quantidades menores que os demais estados da União. Em aparte, manifestou-se o vereador Amaury da APPD. Assumiu depois a palavra o vereador Allan Pombo e considerou que vivemos uma guerra contra o vírus e devemos usar a ciência para enfrentar esta grave situação. Aludiu em seguida ao Dia da Escola de Samba, comemorado no sábado anterior, defendendo o samba como legado cultural e forma de resistência da

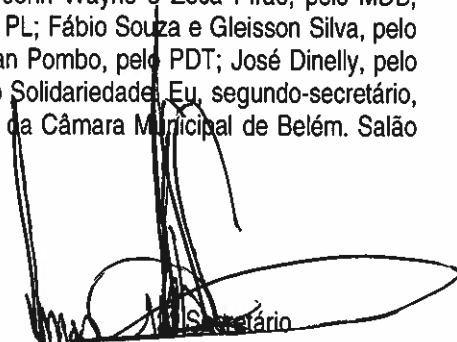
população periférica. O cidadão tem direito à alegria e a felicidade, declarou, e mencionou o trecho de uma música dizendo ser a felicidade do pobre a grande ilusão do carnaval, pois se trabalha o ano inteiro por um momento de sonho. O folião é alguém que não tem recursos financeiros, mas através do carnaval brinca e tem felicidade, arguiu. Além disso, acrescentou, o carnaval movimenta a economia dos bairros. Tendo pouco mais de cem anos no Brasil, historiou, esta festa popular ambientou-se inicialmente na periferia da cidade do Rio de Janeiro, onde os bairros se encontravam com suas manifestações culturais e populares. Surgiram então os desfiles e isso foi cada vez mais se organizando, chegando-se à potência que é hoje o carnaval em nosso país. O carnaval do Rio de Janeiro movimenta milhões e repercute no mundo inteiro, mas é necessário louvar também o carnaval de Belém do Pará, opinou. O carnaval em nossa cidade, mesmo com a falta de apoio dos últimos anos e esquecido pelo poder público, tem resistido e avançado, atestou. Mesmo sob a pandemia, as escolas de samba continuam tendo importância, expressou, lembrando que no ano anterior as entidades carnavalescas uniram-se, mobilizando suas costureiras para confecção de máscaras. Atualmente, informou, o projeto municipal Carnaval o Ano Todo visa custear a qualificação profissional de moradores da periferia que estão necessitando de apoio e custear os projetos sociais das escolas de samba. A pandemia é prioridade, assentiu, mas há muitas ações no município que necessitam de apoio para superar esta crise e as escolas de samba estão entre elas, argumentou. Sobrelevou a importância dessas entidades por agregarem trabalhadores e participarem de todo um circuito econômico existente na periferia, necessitando do apoio do poder público e desta Casa também. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania – Avante, Matheus Cavalcante denunciou a falta de medicamentos nas unidades municipais de saúde para tratar pacientes de Covid-19, principalmente na Unidade de Pronto Atendimento de Icoaraci. Afirmou ser tal fato uma evidência clara da falta de gestão municipal na área de saúde. Opinou que a CPI da Covid-19 tem que investigar a gestão da pandemia em nível federal, estadual e municipal. Informou depois sobre sua ideia de criar um programa municipal de estímulo à doação de alimentos, que se chamaria Vacina Solidária, consistindo em estimular as pessoas a doar alimentos não perecíveis quando fossem receber a dose da vacina contra a Covid-19. A insegurança alimentar vem aumentando, advertiu, e essa seria uma forma de aumentar a contribuição de uma parcela da população para minorar o problema, criando uma rede de solidariedade para garantir comida na mesa de todos. Pela liderança do PT, Bia Caminha inicialmente parabenizou o sindicato dos professores da rede privada de ensino por ter obtido uma vitória junto à Justiça do Trabalho, que suspendeu as aulas presenciais na rede privada em nosso estado. Considerou ser uma conquista importantíssima, pois, até a semana anterior, vinte professores já haviam morrido vitimados pela Covid-19 em nosso estado. Deixou seu repúdio à atitude das escolas particulares que, apesar da decisão do desembargador do Trabalho de suspender as aulas, decidiram manter os estagiários e os profissionais da Pedagogia trabalhando presencialmente. Tratou depois de requerimento de sua autoria, que protocolara nesta Casa na semana anterior, vinculando o retorno às aulas presenciais em nosso município à vacinação dos professores, pedindo prioridade na vacinação contra a Covid-19 para os docentes. Comunicou à plenária que estava reeditando o requerimento, solicitando prioridade na vacinação para todos os profissionais da educação. Referiu posteriormente ter dado entrada, neste dia, em outro requerimento solicitando prioridade de vacinação contra a Covid-19 para as gestantes. Chamou a atenção para o fato de que, para cada dez gestantes que morrem no mundo, oito são brasileiras e o Pará é recordista de casos nesta triste estatística. Deu repercussão depois à notícia de que o presidente Jair Bolsonaro fora condenado a pagar uma indenização à jornalista Patrícia Campos Mello, a quem ofendeu publicamente. Pela liderança do PSB, Fábio Souza reportou-se à tortura e assassinato do menino Henry Borel pelo vereador Dr. Jairinho, marido de sua mãe, caso de violência que comoveu o país. Divulgou que, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, a cada dia trinta e dois jovens, entre dez e dezenove anos, são vítimas de homicídio no Brasil. Levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que, em um período de dezesseis anos, até 2015, quinhentos mil jovens negros e de periferia foram mortos em nosso país, adicionou. Concluiu que, em relação à violência contra jovens e crianças, nada mudou no Brasil nos últimos trinta anos, defendendo que os parlamentares de nosso município endurecessem a luta contra essa prática cruel. Externou revoltar-se ao ver exemplos dessa violência todos os dias nos jornais. Solicitou que fosse realizado um minuto de silêncio em homenagem a essas jovens vítimas, diariamente agredidas e mortas. Em aparte, manifestou-se o vereador Juá Belém. Pela liderança do Governo, Allan Pombo considerou ser um factóide vergonhoso criado pelo candidato derrotado à eleição para prefeito de Belém, Everaldo Eguchi, a ação visando iniciar uma investigação judicial eleitoral contra o prefeito Edmilson Rodrigues. Tendo estudado direito, pontuou, acharia correto se houvesse uma base jurídica para a adoção desse recurso. Entretanto, a denúncia de Eguchi não tinha fundamento algum, sendo rejeitada por uma juíza respeitada, não havendo a possibilidade de cassação da chapa legitimamente eleita pelo povo de Belém, testificou. Completados cem dias da atual gestão municipal, muitos avanços foram obtidos, apesar de enfrentarmos a pandemia, avaliou. Expressou sentir-se muito honrado com a concretização do projeto

Bora Belém, um importante programa de renda mínima para a população em situação de vulnerabilidade social. Outra ação importante, destacou, são as clínicas emergenciais, que estão à frente de algumas unidades municipais de saúde e já atenderam mais de dez mil pessoas em Belém, de forma imediata. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Miguel Rodrigues leu documento informando sobre os impactos econômicos sofridos pelo setor de turismo, eventos e entretenimento com a pandemia. Fora solicitado auxílio financeiro para amparar os profissionais que estavam sem trabalhar e o governo estadual atendera oito categorias deste segmento, em um pacote econômico divulgado em março deste ano, mas diversas outras ficaram de fora, dentre elas cerimonialistas, promotores de eventos, trabalhadores em serviços gerais, fotógrafos, montadores de estruturas, empresas de aluguel de brinquedos, animador e recreador infantil, floristas, cinegrafistas, donos de bufês, decoradores e muitas mais. Sugeriu um olhar mais atencioso a esses profissionais em nossa capital e na Região Metropolitana, verificando-se a possibilidade de inclusão para que recebessem auxílio emergencial através de parcerias com a Fundação Cultural do Município de Belém – Fumbel, com a Fundação Papa João XXIII – Funpapa e com o Fundo Ver-o-Sol, assim como com o programa estadual Incentiva + Pará, Centur e outros. Outra possibilidade a ser estudada com cuidado, aventou, seria a abertura de alguns salões estritamente controlados por cerimonialistas, havendo para isso a fiscalização da Prefeitura e do governo estadual. Em aparte, manifestou-se o vereador Roni Gás. Findo este pronunciamento, assumiu a liderança da Mesa o vereador Bieco. Encerrado o Horário de Liderança, fez-se a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas da 5ª e da 6ª sessões ordinárias e as atas da 4ª e da 5ª sessões extraordinárias do Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Fez-se posteriormente um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao menino Henry Borel e a todas as crianças vitimadas pela violência, atendendo à solicitação do vereador Fábio Souza. Retomou-se, em seguida, a votação do requerimento do vereador Josias Higino solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal Brasil Escola, edição nº 01, intitulada “Sete de Abril, Dia do Jornalista”. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e cinco votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Josias Higino. Procedeu-se posteriormente à leitura do requerimento do vereador Miguel Rodrigues solicitando a realização de uma sessão especial, em data e horário a combinar, para tratar dos preços elevados e procedimentos adotados nos serviços prestados pela concessionária de energia Equatorial. Fez o encaminhamento o vereador Miguel Rodrigues (com aparte do vereador Lulu das Comunidades). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e cinco votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Miguel Rodrigues. Passou-se depois à leitura do requerimento da vereadora Enfermeira Nazaré Lima solicitando a realização de uma sessão especial alusiva aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de controle de endemias, a ser realizada em 07/06/2021, às dez horas. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com vinte e quatro votos favoráveis. Justificou seu voto o vereador Miguel Rodrigues. Fez-se a seguir a leitura do requerimento do vereador Fernando Carneiro solicitando a realização de uma sessão especial com o tema “Combate à violência obstétrica em Belém”, em data a ser definida. Fez o encaminhamento o vereador Fernando Carneiro (com aparte do vereador Miguel Rodrigues), ficando o requerimento em votação. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Estando suspensos os projetos constantes nos processos de números 1709/18, 833/15, 416/18 e 1755/19, o presidente Bieco encerrou a sessão às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Emerson Sampaio, Renan Normando e Pablo Farah. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Moa Moraes, Pastora Salete, Josias Higino e Zeca do Barreiro, pelo bloco PSDB – DEM – Patriota – Cidadania – Avante; Miguel Rodrigues, Túlio Neves e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Juá Belém, Augusto Santos, Goleiro Vinícius e Dona Neves, pelo bloco Republicanos – PSD; Blenda Quaresma, Neném Albuquerque, John Wayne e Zeca Pirão, pelo MDB; Fernando Carneiro, Lívia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Bieco, pelo PL; Fábio Souza e Gleisson Silva, pelo PSB; Bia Caminha e Amaury da APPD, pelo PT; Altair Brandão, pelo PC do B; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; João Coelho, pelo PTB; Lulu das Comunidades, pelo PTC; Igor Andrade, pelo Solidariedade. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 13 de abril de 2021.

1ª Secretária


Renan Normando


Presidente


Secretário